



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Município de Ponte Preta / RS

Fone: (54) 3568-0125 / E-mail: camaradepontepreta@gmail.com

Av. Severino Senhori, 299 - CEP: 99735-000 - Ponte Preta / RS

**PARECER JURÍDICO N.º
032/2023.**

Referência: Projeto de Lei do Executivo de n.º 043/2023, 044/2023 e 045/2023

I – RELATÓRIO

Tratam-se de Projeto de Lei do Poder Executivo que visam, respectivamente *“Dispõe sobre a remissão de juros, multa moratória, correção monetária e anistia de multa por infração fiscal aos devedores que efetuarem o pagamento de créditos tributários e não tributários da Fazenda Municipal ou firmarem termo de confissão de dívida, e dá outras providências.”*, *“Altera a redação do artigo 111 da Lei Municipal n.º 1.675/2013, e dá outras providências.”* e *“Cria cargos de provimento efetivo, autoriza a contratação emergencial, e dá outras providências.”*

É o breve relatório.

Passa-se à análise jurídica.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, denota-se que inexistem vícios de iniciativa, pois o objeto dos projetos de lei são de competência do Poder Executivo do município.

Outrossim, os projetos de lei do Executivo estão acompanhados com as respectivas exposições de motivos (justificativas), inexistindo, salvo melhor juízo, vícios formais incidentes sobre os projetos.

Ademais, cabe ao colegiado dos Nobres Edis a apreciação quanto ao mérito das proposições.

Portanto, contanto que sejam observadas as limitações supracitadas, não se vislumbra óbice ao trâmite.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, salvo melhor juízo, **opino** pela conformidade do presente projeto de lei com a legislação vigente e com a Constituição Federal, razão



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Município de Ponte Preta / RS

Fone: (54) 3568-0125 / E-mail: camaradepontepreta@gmail.com

Av. Severino Senhori, 299 - CEP: 99735-000 - Ponte Preta / RS

pela qual o mesmo se encontra apto para tramitação na casa legislativa.

Por fim, destaco que este parecer possui caráter apenas opinativo, não ficando o poder legislativo vinculado ao seu conteúdo.

É como parecer.

Ponte Preta/RS, 21 de agosto de 2023.

João Antonio Dallagnol
Assessor Jurídico Legislativo
OAB/RS n.º 90.344